

A repressão contra os professores nas universidades latino-americanas durante a ditadura: os casos da UFMG (1964-1969) e da UTE (1973-1981)

Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes

Resumo

A partir da análise comparativa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da *Universidad Técnica del Estado* (UTE), o artigo objetiva compreender como ocorreu a repressão contra os professores nas duas instituições e quais suas semelhanças e diferenças. Para este estudo foram consultados: o arquivo do extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/MG); o Diário Oficial brasileiro e chileno; arquivos internos da UFMG e UTE; os arquivos chilenos do *Ministerio de Educación Pública*; informes das comissões de ambos os países; o arquivo da *Vicaría de la Solidaridad*; e entrevistas, realizadas pelo autor e por outros pesquisadores, com ex-professores perseguidos na época. A pesquisa revela que a repressão política na UTE foi mais intensa que na UFMG, o que se relaciona com a própria polarização vivida pela sociedade em cada país, mas também mostra que ambas as repressões possuem detalhes que muitas vezes não se encontram na memória coletiva sobre as ditaduras.

Palavras-chave: Ditadura, Universidades, Professores, Repressão, América Latina.

Autor

Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes

Licenciado por la Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Actualmente finaliza el magister por la misma universidad.

Abstract

Based on a comparative analysis of Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) and Universidad Técnica del Estado (UTE), this article aims to understand how repression against teachers in both institutions occurred and what their similarities and differences were. The following sources were consulted for this study: the files from the extinct Department of Political and Social Order (DOPS / MG); the Brazilian and Chilean Official Gazette; internal files of from UFMG and UTE; Chilean files of from the Ministry of Public Educación; commissions' reports from both countries; Vicaría de la Solidaridad's files; and interviews conducted by the author and other researchers with former teachers persecuted at the time. The survey reveals that political repression in UTE was more intense than in the UFMG, which relates to the polarization experienced by the society in each country, but also shows that there are some details not often found in the collective memory about the dictatorship.

Keywords: Dictatorship, University, Teachers, Repression, Latin American.

Resumen

A partir del análisis comparativo de la *Universidade Federal de Minas Gerais* (UFMG) y de la Universidad Técnica del Estado (UTE), el artículo objetiva comprender como ocurrió la represión contra los profesores en las dos instituciones y cuales sus semejanzas y diferencias. Para este estudio fueron consultados: el archivo del extinto *Departamento de Ordem Política y Social* (DOPS/MG); el Diario Oficial brasileño y chileno; archivos internos de la UFMG y UTE; los archivos chilenos del Ministerio de Educación Pública; informes de las comisiones de los dos países; el archivo de la Vicaría de la Solidaridad; e entrevistas, realizadas por el actor y por otros investigadores, con ex profesores perseguidos en la época. La investigación revela que la represión política en la UTE fue más intensa que en la UFMG, lo que se relaciona con la propia polarización vivida por la sociedad en cada país, pero también muestra que en ambos las represiones poseen detalles que muchas veces no se encuentran en la memoria colectiva.

Palabras clave: Dictadura, Universidades, Profesores Represión, América Latina.

INTRODUÇÃO

Em 28 de novembro de 1968 foi promulgada, pelo presidente General Artur da Costa e Silva, a lei nº 5.540, que estabeleceu novas “normas para a organização e o funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média”.¹ A lei baseava-se em extensos e profundos debates, tanto no âmbito acadêmico quanto no político, que remontavam as décadas anteriores, mas que tinham tomado forma e adquirido maior intensidade no início da década de 60.² Em 30 de dezembro de 1980 o General Augusto Pinochet Ugarte, já com o título de Presidente da República, com os auspícios da então novíssima Carta Constitucional do mesmo ano, promulgava os primeiros decretos com força de lei que estabeleciam as novas regras e diretrizes para o ensino superior chileno³. Conhecida como *Ley General de Universidades*, a lei de caráter neoliberal também era fruto de discussões entre os conselheiros do ditador e medidas tomadas de maneira gradual após o Golpe de 1973. Passados quase 40 anos da promulgação da lei nº 5.540 no Brasil e cerca de 25 anos da *Ley General de Universidades* no Chile, questões sobre a estrutura, capacidade, autonomia e o papel das universidades voltaram à tona com força em ambos os países.

No contexto brasileiro, após uma política de negligência das universidades públicas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso⁴, a sociedade civil reivindicou aos governos seguintes medidas que resgatassem as instituições de ensino superior e que possibilitassem um número maior de ingressados.⁵ Programas como o PROUNI e o REUNI foram criados

¹ Parte da primeira frase da lei que aparece antes do primeiro capítulo no Diário Oficial da União, 23 de nov. de 1968.

² Cf. CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. (2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007), p. 23- 24. Neste livro, o autor se remete rapidamente às décadas anteriores ao Golpe de 64. Para uma análise mais densa e específica sobre o período cf. CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. (2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007).

³ Foram cinco decretos com força de lei. Os três primeiros foram promulgados em 30 de dezembro de 1980, o quarto foi promulgado em 14 de janeiro de 1981 e o quinto em 5 de fevereiro de 1981. Eles foram publicados no *Diario Oficial de la Unión* em partes, entre 31 de dezembro de 1980 e 16 de fevereiro de 1981. O conjunto de decretos foi chamado de *Ley General de Universidades*.

⁴ Cf. Luiz Antônio Cunha. “O ensino superior no octênio FHC”. *Educação e Sociedade* Vol. 24: n. 82 (abril 2003): 37-61.

⁵ Durante o governo Lula várias discussões ocorreram em busca de uma Reforma Universitária. O ano de 2004, em especial, viu significativas manifestações de rua que cobravam uma melhoria no sistema universitário. Um artigo interessante que traça um rápido contexto da educação superior do Brasil no último século e que trata das questões debatidas no início do governo Lula é Hélio Trindade. “A

visando atender parte das reivindicações.⁶ No entanto, muitas demandas ainda não foram atendidas e ainda se busca uma maior democratização e acesso às universidades brasileiras. No Chile, as manifestações em torno das questões educacionais tiveram proporções ainda mais impactantes, tornando-se um dos problemas centrais entre o governo e a sociedade. Em 2006, milhares de estudantes secundários foram às ruas pedir a revogação da *Ley Orgánica Constitucional de Enseñaza (LOCE)*, promulgada e publicada nos últimos dias da ditadura pinochetista em 1990⁷. Em 2011, foi a vez dos estudantes universitários saírem às ruas para manifestarem seu descontentamento e pedirem uma ampla reforma no sistema educacional chileno. Porém, tanto o primeiro governo de Bachelet (2006-2009) como o de Piñera (2010-2013) falharam em atender as principais demandas estudantis. Atualmente o governo chileno está trabalhando em um amplo projeto de reforma educacional, o que foi uma das bases de sustentação da campanha eleitoral de Bachelet em 2013.⁸

Para se compreender esta luta no presente e este horizonte de expectativa mais democrático vislumbrado para as universidades é necessário perceber as dinâmicas que ajudaram a reestruturar o sistema universitário durante as respectivas ditaduras dos dois

República em tempos de reforma universitária: o desafio do governo Lula.” *Educación e Sociedad* Vol. 25: n. 88 (Especial - Out. 2004): 819-844.

⁶Para mais informações sobre os dois programas cf. Cristini Colleoni; Paulino José Orso. A ampliação do acesso à educação superior: o Prouni e o Reuni em Questão. (Maringá: Seminário de pesquisa do PPE, 2011) http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2011/pdf/1/021.pdf. (5 de out. de 2014).

⁷A LOCE foi promulgada pelo general Pinochet no dia 7 de março de 1990 e publicada no *D.O* no dia 10 de março, último dia da ditadura chilena. A LOCE diminuiu ainda mais o papel regulador do estado na Educação. A lei foi revogada pela *Ley General de Educación* em 2009, que também não atendeu as principais exigências dos que buscam uma universidade gratuita e mais igualitária.

⁸Dois documentários/programas de televisão sobre as manifestações de 2011 são: *Chile se moviliza*. Direção de Cote Correa e Carolina Trejo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T6yVNjL8gFE#t=112>. Acesso em: 10 out. 2014; e *Se vende educación*. Direção de Jhonathan Mendonza e Nancy Cervante. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n9s9Kbgy3x0>. Acesso em: 4 out. 2014 Sobre a reforma educacional em andamento no Chile, há informações, além da imprensa, por parte do governo. É possível acompanhar os documentos referentes a discussões da reforma que está disponível em: <http://reformaeducacional.gob.cl/documentos/>. Acesso em: 10 out. 2014. Sobre discussões no meio acadêmico há dois interessantes artigos, o de Mario Garcés. “(2011). *El movimiento estudiantil y la crisis de legitimidad de la política chilena*”. *Pensar Historia* Vol. 1: n. 2 (jan.-junho 2013): 83-93; e o de Juan Fernández Labbé. “*Movimiento estudiantil en Chile (2011): Repertorios de acción, marcos de acción colectiva, impactos y desafíos para la política pública*”. *Circunstancia* Vol. 11: n. 31, (maio 2013).< <http://www.ortegaygasset.edu/fog/ver/1534/circunstancia/ano-xi--n-31--mayo-%202013/articulos/movimiento-estudiantil-en-chile-2011--repertorios-de-accion-marcos-de-accion-colectiva-impactos-y-desafios-para-la-politica-publica->>. (12 set. 2014).

países. Apesar das leis fundamentais das reformas universitárias terem sido revogadas ou reformadas em anos recentes⁹, as estruturas atuais das universidades em ambos os países foram criadas e consolidadas pelas reformas universitárias de regimes autoritários. O presente artigo faz parte de uma pesquisa para dissertação que ainda está em fase de finalização. O estudo visa dar uma contribuição para a historiografia a partir de uma das facetas mais comentadas das ditaduras latino americanas, mas, muitas vezes, mal interpretada: a repressão política. Especificamente, neste estudo, será analisada a repressão política contra os professores de duas universidades latino americanas em uma perspectiva comparada, buscando compreender suas semelhanças e diferenças.

Os períodos analisados vão compreender de 1964 até 1969, no caso da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)¹⁰, e de 1973 até 1981 no caso da *Universidad Técnica del Estado (UTE)*.¹¹ O recorte cronológico, em ambos os casos, se justifica por serem os períodos em que houve mais repressão política contra os professores nas duas universidades. A repressão não se deu de forma contínua ao longo desses anos. Houve períodos em que o braço repressor de ambos os regimes militares agiu de forma mais contundente. Nos dois países, a repressão foi mais intensa no pós-golpe e quando se começou a efetivar as reformas universitárias dos dois regimes, ajudando a consolidá-las ao afastar muitos dos seus possíveis críticos.

Desta maneira, esta pesquisa ater-se-á, no caso da UFMG, até o ano de 1969, último ano dos grandes expurgos e do início efetivo do endurecimento do regime marcado pela edição do AI-5 em dezembro de 1968. O recorte para o caso da *UTE* segue a mesma linha, mas com uma data de término ainda mais precisa. Com o decreto com força de lei nº 23 de 21 de março de 1981, a sede da *Universidad Técnica del Estado* em Santiago passa a se chamar *Universidad de Santiago de Chile (USACH)*, e todos os outros *campi* ao redor do país

⁹ Como já dito, a LOCE foi revogada pela *Ley General de Educación* em 2009. A lei 5.540 foi revogada pela lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como “Lei de diretrizes e bases da educação nacional”.

¹⁰ Até 1965 a universidade brasileira se chamava Universidade de Minas Gerais. Com a lei 4.759, de 20 de agosto de 1965, todas as universidades federais sediadas nas capitais dos estados passariam a ser distinguidas como federais seguidas com o nome do respectivo estado.

¹¹ A partir do decreto com força de lei nº 23 de 21 de março de 1981 a sede da *UTE* em Santiago passa a se chamar *Universidad de Santiago de Chile (USACH)*. A *UTE* era uma universidade pública e possuía vários campus espalhados pelo país que, com a aplicação da lei citada, passam a constituir universidades públicas autônomas da sua sede. Estas universidades, que muitas vezes juntam-se a outros institutos já existentes em suas localidades, adquirem novos nomes também. Há uma tentativa clara de se apagar e se fazer esquecer o nome da mítica universidade onde trabalhara Victor Jara e o grupo musical Inti-Illimani.

se fundem a outros institutos e/ou se constituem em novas universidades públicas com o nome de seus respectivos locais. Isto revela como o regime militar chileno propunha forçar o esquecimento do passado considerado “desviante” e “comunista” da UTE.

Para esta pesquisa foram consultados arquivos em Belo Horizonte, em Santiago, em acervos digitalizados online, documentos avulsos e individuais de terceiros, entrevistas realizadas por outros pesquisadores, além de entrevistas feitas por este pesquisador com ex-professores em Santiago e Belo Horizonte.

1. AS UNIVERSIDADES E OS REGIMES MILITARES DO BRASIL E DO CHILE

As universidades foram um dos principais focos dos regimes militares de ambos os países, que visavam eliminar ou afastar os considerados inimigos do regime, principalmente os que professavam abertamente ser de esquerda. A repressão política atingiu funcionários, estudantes e professores, porém se deu de maneira distinta em cada país. Não só a maneira como os órgãos de repressão atuaram nas universidades como também sua intensidade evidenciam as diferenças entre os contextos dos dois países e como as forças golpistas sentiam o grau da “ameaça comunista”.

Em ambos os países as universidades eram locais de surgimento e organização de vários grupos de esquerda, que apoiavam diretamente ou indiretamente o governo de João Goulart e Salvador Allende. No Brasil, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Ação Popular (AP), a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP) já atuavam no meio universitário, principalmente no movimento estudantil.¹² A atuação da AP no meio universitário era bastante intensa, principalmente por meio da Juventude Católica Universitária (JUC), a qual ela estava fortemente ligada.¹³ Todos esses grupos apoiavam abertamente ou simpatizavam fortemente com as Reformas de Base¹⁴ que o

¹² Um dos estudos mais completos sobre as diferentes organizações de esquerda da época é o de Marcelo Ridenti. *O fantasma da revolução brasileira*. (São Paulo: Editora UNESP, 2010). Sobre o movimento estudantil e as relações com os grupos de esquerda, cf. João Roberto Martins Filho. *Movimento estudantil e ditadura militar (1964 - 1968)*. (Campinas: Papirus, 1987).

¹³ Especificamente sobre a AP, cf. Alessandra Ciambarella. “Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular”, em *Revolução e democracia: (1964-...)*, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis (orgs.). (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007).

¹⁴ As Reformas de Base eram programas do governo de Goulart que pretendiam implantar reformas em setores essenciais para o desenvolvimento do país, como a Reforma Agrária, a Reforma Educacional, a Reforma Bancária, a Reforma Política, entre outras.

governo Goulart tentava implementar e que eram vistas com desconfiança pelos grupos conservadores.¹⁵

O caso chileno também seguia na mesma linha em relação aos grupos de esquerda que atuavam nas universidades. Várias universidades possuíam militantes dos maiores partidos de esquerda do Chile, o Partido Socialista (PS) e o Partido Comunista Chileno (PCCCh). Além disso, o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), grupo que promovia algumas ações armadas e que apoiava a UP, mas não fazia parte da coalizão, havia nascido em uma importante universidade chilena, a *Universidad de Concepción*. Uma grande parcela dos estudantes chilenos e uma significativa parte dos professores universitários faziam parte ou eram simpatizantes de partidos e grupos de esquerda.¹⁶ Somando-se a essa efervescência política que existia nas universidades dos dois países, em ambos os contextos estava em curso ou discutia-se a reforma universitária, o que acirrava ainda mais os ânimos no meio acadêmico.¹⁷ Dessa maneira, não é difícil compreender a atenção dada pelos militares às universidades, seja pelas iniciativas de reforma do sistema universitário, seja pela atuação repressiva no meio acadêmico. No entanto, a maneira como ocorreu as reformas e a repressão nas duas ditaduras diferem em vários pontos.

Logo após o Golpe no Brasil em 1964, que contou com significativo apoio civil, vários estudantes, funcionários e professores foram presos, como mostra o historiador Rodrigo Patto Sá Motta em seu estudo sobre as universidades brasileiras:

“Voltando às prisões, é difícil, como já foi dito, reunir dados precisos sobre o quantitativo de presos ligados aos meios acadêmicos. Os registros

¹⁵ Cf. Luiz Antônio Cunha. *A universidade crítica*, 2007.

¹⁶ ALBORNOZ, César Albornoz. “*La cultura en la Unidad Popular: Porque esta vez no se trata de cambiar un presidente*” em *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Julio Pinto (org.). (Santiago: LOM Ediciones, 2005).

¹⁷ Sobre o contexto e a reforma universitária no Brasil já foi mencionado o livro de Cunha. No caso chileno há alguns textos que tratam do assunto de maneira mais abrangente ou específica como: Samantha Viz Quadrat. *A reforma educacional da Unidade Popular e o golpe no Chile*. (In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, p. 3.)

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300674617_ARQUIVO_AreformaeducacionaldaUnidadePopulareogolpenoChile.pdf>. (31 out. 2014);, Hugo E. Cancino Troconso. *El movimiento estudiantil chileno y el proceso de Reforma Universitaria, 1967-1968: el caso de la Facultad de Filosofía y Educación de la Universidad de Chile*. (In: XVI Congreso Internacional de AHILA. San Fernando, set 2011, 6). http://vbn.aau.dk/files/58699467/Reform_ Univ.pdf. (31 out. 2014); Aldo Casali Fuentes. “Reforma Universitaria en Chile, 1967-1973. Pre-balance histórico de una experiencia frustrada.” *Intus-Legere Historia* Vol. 5: nº 1(2011): 81-101.

disponíveis mostram que houve detenções por toda parte, mas dão destaque às figuras mais conhecidas ou pertencentes às instituições universitárias de maior porte. [...] Os lugares de detenção eram delegacias, penitenciárias e quartéis, mas houve casos de navios transformados em prisão temporária, indício da falta de espaço para acolher os detidos da primeira onda repressiva.”¹⁸

Houve conflitos nas universidades, como no caso da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), e algumas foram invadidas, sendo que a situação mais dramática ocorreu na Universidade de Brasília (UnB), onde vários professores e estudantes foram presos e submetidos a interrogatórios em instalações militares. Reitores também foram afastados, como no caso da já citada UnB e também das Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), Universidade Rural do Rio de Janeiro (URRJ), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Universidade de Goiás (UFG). A Universidade de Minas Gerais (UMG) chegou a sofrer uma tentativa de intervenção, porém, como mostraremos adiante, ela fracassou e não foi adiante.

Apesar das várias prisões ocorridas nos primeiros dias após o Golpe, o número de mortes no meio acadêmico decorrente da repressão política foi quase nulo em um primeiro momento. Dezenas de estudantes foram expulsos das universidades em decorrência da “operação limpeza” feita pelos militares, que atingiu com menor intensidade os docentes:

“A violência deflagrada pelo golpe visou, com mais intensidade, às lideranças estudantis e suas entidades, consideradas mais comprometidas pela “infiltração comunista” que o corpo docente. [...] O número de estudantes presos foi bem superior ao de professores, e suas entidades sofreram intervenção por todo o país.”¹⁹

Passado um primeiro momento em que foram efetivados os expurgos, vários professores e estudantes retomaram as atividades básicas do meio acadêmico, mas ainda sob vigilância do regime militar. Ao assumirem o poder no Brasil, os militares passaram a estruturar o serviço de inteligência, criando, no mesmo ano, o Serviço Nacional de Informações (SNI). As Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI)²⁰ foram

¹⁸ O livro de Rodrigo Patto Sá Motta é um dos mais recentes e completos sobre a relação entre a ditadura militar brasileira e as universidades. Rodrigo Patto Sá Motta. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. (Rio de Janeiro: Zahar, 2014), 29.

¹⁹ Rodrigo Patto Sá Motta. *As universidades e o regime militar*, 30.

²⁰ Cf. Rodrigo Patto Sá Motta. “Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades”, *Topoi* V. 9: n. 16 (jan.-jun. 2008).

criadas como agências das Divisões de Segurança e Informações (DSI), órgãos estabelecidos em 1967 pelo regime militar e ligados aos ministérios civis.

As AESI universitárias eram ligadas ao DSI do Ministério de Educação e Cultura que, por sua vez, respondiam ao SNI, formando uma rede de inteligência governamental pautada pela doutrina da Segurança Nacional. Na teoria, as AESI também deveriam ser subordinadas às reitorias e encarregadas de aconselhar os reitores sobre assuntos de Segurança Nacional no meio acadêmico, porém elas serviram para censurar, vigiar e combater ideias de esquerda. A principal preocupação do regime militar no âmbito universitário continuou sendo o movimento estudantil, que começou a atuar com greves, protestos e manifestações que reuniam um grande número de pessoas. O exemplo da Revolução Cubana²¹ no meio estudantil era bastante forte e continuou expressivo após o Golpe, fazendo com que surgissem vários grupos inspirados na experiência ocorrida na ilha. No entanto, alguns professores também eram vistos como perigosas influências para os estudantes, incluindo aqueles que não eram ligados à esquerda, mas que eram contra a ditadura e a censura. Desta maneira, “no seu eixo conservador, a política do regime militar para as Universidades implicou o combate e a censura às idéias de esquerda e tudo o mais considerado perigoso e desviante.”²² Isso, obviamente, incluía os professores, ainda que de uma maneira menos intensa se comparada ao movimento estudantil.

Com a edição do AI-5²³ em 1968, um novo ciclo repressivo se instaurou e dessa vez vários professores foram cassados e exonerados de suas funções. As universidades públicas foram as mais atingidas com as exonerações, apesar de ter havido casos de professores cassados em instituições particulares. Segundo o levantamento de Motta:

“Somando todas as aposentadorias de 1969, a UFMG perdeu 15 docentes, a UFRGS, dezoito, a USP, entre 22 e 25, e a UFRJ, 23, o que corresponde

²¹ Cf, Emir Sader. “Cuba no Brasil. Influências da revolução cubana na esquerda brasileira.” em História do Marxismo no Brasil, Daniel Reis Filho et. all. (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.); Denise Rollemberg. O apoio de Cuba à luta armada no Brasil. (Rio de Janeiro, Mauad, 2001). Jean Rodrigues Sales. “O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974).” (Tese de doutorado. Campinas/SP: IFCH/UNICAMP, 2005.)

²² Rodrigo Patto Sá Motta. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. 32.

²³ O Ato Institucional número 5 de 13 de dezembro de 1968 é considerado por muitos historiadores como o golpe dentro do golpe. Todas as liberdades individuais foram suspensas, dando ao presidente os poderes de: suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por 10 anos, cassar mandatos de políticos do legislativo, impor censura prévia para jornais, revistas, peças de teatros, filmes e livros, proibir manifestações populares de caráter político, fechar o parlamento e de intervir nos estados e municípios. Além disso o AI-5 suspendia o direito de *habeas corpus*.

a cerca de 70% do total dos docentes expurgados. Esses não são números precisos, pois as próprias fontes são inexatas, porém, se houver erro, não será de grande monta. Com isso, vê-se que o regime militar atingiu a maioria das universidades públicas de grande expressão, lembrando que a UnB fez um expurgo próprio, a propósito, o maior deles. Os dados coligidos no Diário Oficial apontam casos de aposentadorias em outras universidades também, embora em número menor, entre elas, UFPE, UFPB, UFPA, UFBA, UFRN, UFF, UFRRJ, UFJF e UFG.”²⁴

Após o AI-5 e a nova onda repressiva, que atingiu também os estudantes com o decreto 477 de fevereiro de 1969 –medida que visava afastar os estudantes do ensino superior e os proibia de se matricular em qualquer outra instituição por três anos– a repressão foi sendo reduzida em sua forma mais drástica. Seja porque parte dos estudantes que eram contra o regime e faziam parte de grupos de esquerda foi para a ilegalidade após o AI-5, que estrangulou as possibilidades de uma oposição de massa, ou porque algumas demandas da reforma universitária começaram a ser implantadas. Isto, obviamente, não significou que não tenha ocorrido ações repressivas nos anos 70 nos ambientes acadêmicos. No que tange à situação dos professores, Motta explica:

“A partir daí não houve mais expurgos de monta nas universidades, não por falta de demanda dos setores radicais do regime, mas pela ausência de apoio no comando do governo. O grande expurgo de 1969 foi possível pelas peculiaridades políticas do contexto, em que os radicais da direita se viram, momentaneamente, livres para atuar. Depois dessa fase, os órgãos de informação iriam se dedicar a monitorar os professores suspeitos ainda em atividade e tentar interditar a contratação dos que consideravam perigosos [...]”²⁵

Apesar da reforma ter sido efetivado no Brasil e muitas melhorias terem sido feitas no sistema universitário, a repressão política desencadeada nas universidades revela uma das várias faces autoritárias do regime ditatorial brasileiro.

No Chile a repressão também se deu imediatamente após o Golpe de 11 de setembro de 1973. Sem exageros pode se dizer que, enquanto o *Palacio de la Moneda* estava sendo bombardeado, os militares já se dirigiam para as universidades chilenas com o claro intuito de iniciar uma repressão extremada.

²⁴ Rodrigo Patto Sá Motta. As universidades e o regime militar, 171.

²⁵ Rodrigo Patto Sá Motta. As universidades e o regime militar, 171-2.

No que pese a repressão política nas universidades de ambos os países, qualquer medida autoritária é condenável. Porém, a violência desencadeada contra as universidades nos primeiros dias após o golpe chileno se mostrou muito mais intensa do que na experiência brasileira. Foram milhares de presos políticos, entre estudantes e professores, muitos deles torturados no mesmo dia. Outros mortos nas primeiras horas. A *Universidad de Concepción* (UdeC) foi invadida e milhares de estudantes e professores presos.²⁶ O mesmo se passou nas duas universidades públicas da capital Santiago, a *Universidad de Chile* (UCh) e a *Universidad Técnica del Estado* (UTE). Sobre a UCh, jornalista María Olivia Mönckeberg em sua investigação sobre a privatização das universidades chilenas revela que:

“La Universidad de Chile fue desde el mismo martes 11 de septiembre de 1973 un blanco de la represión que se instaló en el país. Muchos de quienes formaban parte de la comunidad universitaria hasta el día antes, perdieron la vida, desaparecieron o tuvieron que exiliarse. Otros pasaron a la clandestinidad o se vieron obligados a dejar sus puestos.”²⁷

Professores da UCh que eram ligados a partidos do governo foram mortos ou se tornaram desaparecidos políticos. Já na UTE, a violência da repressão seria ainda maior. A universidade não seria somente cercada, como também bombardeada. A maior parte dos estudantes, professores e funcionários que ali estavam seriam presos e levados ao Estádio Chile. Muitos seriam torturados e mortos neste recinto ou posteriormente no Estádio Nacional. O próprio reitor e o grupo dirigente da UTE seriam presos. Muitos partiriam para o exílio posteriormente. Entre as oito universidades chilenas, públicas e privadas, que existiam nesse momento, seguramente a UdeC, UCh e a UTE foram as que sofreram mais fortemente a repressão em um primeiro momento. Porém as outras universidades também foram atingidas, incluindo a favorita do regime, a *Pontificia Universidad Católica de Chile*, berço do *Gremialismo*. Professores e estudantes da PUC ligados a partidos de esquerda foram perseguidos e torturados. O reitor desta universidade no momento do golpe,

²⁶ Cf. Mario Valdés Urrutia. “El golpe de estado del 11 de septiembre de 1973 en Concepción (Chile). Las voces de los testigos.” *Cuadernos de Historia*, Santiago: n.º. 37(Dez. 2012): 159-91.

²⁷ María Olivia Mönckeberg. *La privatización de las universidades: una historia de dinero, poder e influencias*. (Santiago: Copa Rota, 2005), 24.

Fernando Castillo, teve sua casa invadida mais de uma vez pelos militares.²⁸ O golpe nas instituições de ensino superior foi forte e duradouro e recrudescu nos anos seguintes.

Após a forte repressão nas instituições superiores, o regime pinochetista resolveu liquidar de vez a autonomia de todas as universidades chilenas. No dia 2 de outubro de 1973 foi divulgado no *Diario Oficial* o afastamento do reitor Enrique Kirberg Baltiansky da UTE e a nomeação de um reitor delegado, o coronel do exército Eugenio Reyes Tastets.²⁹ No dia 8 de outubro de 1973 foi publicada a intervenção em mais cinco universidades. Na UCh, foi nomeado como reitor delegado o *General Del Aire* César Ruiz Danyau, na PUC de Chile, o Vicealmirante Jorge Swett Madge, na *Universidad Católica de Valparaíso* (PUCV), o Contralmirante Luis de la Maza, na *Universidad Técnica Federico Santa María* (UTFSM), o Capitão de Fragata Juan Naylor Wieber e na UdeC, o Capitão de Navio Guillermo González Bastias.³⁰ Por fim, no dia 12 de novembro de 1973 foi publicado os reitores delegados das outras duas universidades que faltavam, a *Universidad Austral de Valdivia* (UAV), em que foi nomeado o Coronel Gustavo Dupuis Pinillos e a *Universidad del Norte* (UN), em que assumiu o Coronel Hernán Danyau Quintana.³¹ Ao final de 1973 e durante todo o primeiro semestre de 1974, foram sendo publicados no D.O vários decretos que concediam amplos poderes aos reitores delegados. Qualquer estudante ou professor poderia ser expulso ou demitido sem prévia explicação. A intervenção nas universidades se consolidava definitivamente, ocorrendo uma “operação limpeza” ainda mais intensa do que a ocorrera no Brasil. Milhares de professores foram demitidos, buscando outras formas de sobrevivência que não as universidades (já que seus nomes constavam em listas de exonerados políticos) e muitos partiram para o exílio.³²

Com o fortalecimento dos poderes dos reitores delegados, outras medidas de cunho repressivo vieram, destacando-se a censura aos livros considerados de cunho subversivo e o

²⁸ A filha de Fernando Castillo, Carmen Castillo, era namorada de Miguel Enríquez, o líder do MIR. Isto ajudou a colocar o reitor, membro da Democracia Cristiana (DC), na mira dos militares e da repressão.

²⁹ *Diario Oficial* de 02/10/1973, 3318. Biblioteca Nacional. Santiago.

³⁰ *Diario Oficial* de 08/10/1973, 3371. Biblioteca Nacional. Santiago.

³¹ *Diario Oficial* de 12/11/1973, 3717 e 3718. Biblioteca Nacional. Santiago.

³² Pelo D.O é possível acompanhar os decretos que vão estabelecendo que os reitores delegados possuem amplos poderes para lidar com a comunidade universitária, incluindo as universidades sob o comando da Igreja Católica. Cf. o *Diario Oficial de la Unión de Chile* de 14/11/ 1973, 3734; 21/11/1973, 3817; 19/04/1974, 1597 e 1598; 4/06/1974, 2117 e 2118; e 17/06/1974, p. 2273 e 2274. Biblioteca Nacional. Santiago.

fechamento dos sindicatos e associações de trabalhadores da área da educação.³³ Ao mesmo tempo em que o governo de Pinochet desenvolvia essas ações de cunho repressivo, os convênios e contratos com empresas particulares eram ampliados, seguindo a linha de que era necessário “descentralizar o sistema educacional” ou “desestatizar gradualmente a gestão educativa direta”.³⁴

Assim como no Brasil, no Chile também houve uma diminuição na violência contra as universidades após uma intensa repressão inicial. Com o objetivo de desenvolver por vez a reforma neoliberal do ensino, que começou a ser desenvolvida por uma comissão especial em abril de 1979³⁵, a repressão novamente se acentuou de modo a tentar silenciar os opositores do regime como mostra Mönckeberg:

“Por aquellos días, la “vía represiva” tomaba diversas formas: profesores exonerados, restricciones a la libertad de cátedra, listas negras y clausuras de escuelas. Para los estudiantes “el garrote”, se expresaba en castigos que iban desde la suspensión de clases hasta la relegación, ya convertida en método habitual, mientras las nóminas de expulsados aumentaban. Limpiar otra vez el camino era la orden del día. El gobierno buscaba evitar

³³ *Diario Oficial* de 19/12/1975, 3318. Biblioteca Nacional. Santiago. A pesar de ser publicado apenas em 1975, na prática os sindicatos e associações já estavam fechados desde os primeiros dias do Golpe.

³⁴ Essa expressão e outras eram comuns no *Diario Oficial de la República de Chile*. Elas começam a aparecer e a mostrar o caminho efetivo que o governo de Pinochet iria seguir na área educacional a partir de 1976, quando o programa para a economia dos Chicago Boys se tornam a opção apoiada por Pinochet e começam de fato a serem implementados. Como exemplos desse discurso oficial do governo ditatorial chileno conferir: *Diario Oficial* de 25/05/1976, 1696 a 1701; *Diario Oficial* de 10/01/1978, 148 e 149; *Diario Oficial* de 16/02/1979, 639; *Diario Oficial* de 14/07/1979, 2505; *Diario Oficial* de 30/04/1980. P. 1608. Biblioteca Nacional. Santiago. Há muitos outros exemplos no *Diario Oficial de la República de Chile* com pequenas variações de vocabulário sobre o incentivo das empresas privadas na área de educação, mas que por questão de espaço não serão colocadas aqui.

³⁵ O decreto é o de número 785 e foi publicado no *Diario Oficial* em 19/04/1979. P. 1307. O papel da comissão era estudar o sistema educacional chileno e desenvolver a *Ley General de las Universidades*. Em janeiro é publicado o decreto 732, que criava comissão assessora do Presidente da República para que o mesmo ficasse ciente da reforma que seria implantada no ensino superior. Ela seria composta pelo Ministro da Educação, um reitor de uma das Universidades do Estado, um reitor de uma das universidades privada e quatro integrantes designados por Pinochet. O decreto 732 foi publicado em 29/01/ 1980. P. 931. No dia seguinte foi publicado o decreto 733 que designava os nomes da comissão citada, que eram: Agustín Toro Dávila, General de División e Reitor Delegado da *Universidad de Chile*; Jorge Swett Madge, Vice-almirante e Reitor Delegado da *Pontificia Universidad Católica de Santiago*; Rigoberto Rubio Ramírez, General de Brigada; Alfredo Mahn Mackenthun, General de División no Retiro; Miguel Schweitzer Speisky e Avelino León Hurtado. O decreto 733 foi publicado em 30/01/1980. 407. Biblioteca Nacional. Santiago.

las protestas ante los cambios profundos que implicaría la nueva legislación.”³⁶

Após a *Ley General de Universidades* de 1981, começou uma nova fase no ensino superior chileno, marcado irrestritamente por uma ótica neoliberal de mercado. O sistema educacional chileno não voltaria mais a ser o mesmo e a educação seria tratada como bem de consumo.

Após a contextualização do ambiente político em que se encontravam as duas sociedades no pós golpe, e a situação a que foram submetidas as universidades e seus integrantes, no próximo tópico será analisado mais detalhadamente como se deu a repressão contra os professores na UFMG, no Brasil, e na UTE, no Chile. Pretende-se, a partir de um enfoque mais específico, compreender uma das várias facetas da interrupção da construção da democracia universitária, que no momento ainda estava amadurecendo, por parte de ambas as ditaduras, e contribuir para os estudos sobre a relação entre os regimes autoritários do Brasil e Chile e suas instituições educacionais.

2. REPRESSÃO CONTRA OS PROFESSORES: A UFMG E A UTE

A UFMG foi escolhida por ser uma importante universidade pública brasileira e por ser uma das mais visadas pela ditadura. Este interesse, em se tratando da ótica repressiva se dava por um relevante aspecto: a referida universidade era um importante centro de convergência de movimentos, grupos e organizações de esquerda, que defendiam a luta, armada ou não, contra o regime militar. Além do nacionalmente presente Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, apesar de ilegal, atingiu seu apogeu em força política e em número de filiados nos anos 1960, e possuía vários membros nas universidades - incluindo professores, mas principalmente estudantes -, outras organizações eram fortemente representadas na UFMG, como a Ação Popular (AP), a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (POLOP), e, posteriormente, grupos dissidentes, como a CORRENTE e os Comandos de Libertação Nacional (COLINA). Este clima de efervescência política fez com que o braço repressivo do regime militar sobre a instituição se mostrasse presente desde os primeiros meses após o golpe, o que atingiu vários professores.

A escolha da UTE para o caso chileno se dá por motivos parecidos com o da UFMG, porém as consequências para esta universidade foram ainda mais drásticas e

³⁶ María Olivia Mönckeberg, *La privatización de las universidades*, 196.

impactantes na vida acadêmica, mesmo se comparada com outras universidades chilenas. A *UTE* também era uma importante universidade pública e foi extremamente visada pela ditadura. Primeiramente, na *UTE* havia uma maioria significativa de estudantes, funcionários e professores de esquerda. Não somente eles eram de esquerda, como vários deles eram ligados aos partidos que compunham a *Unidad Popular* de Allende, com uma predominância de membros do *Partido Comunista Chileno (PCCh)* e do *Partido Socialista (PS)*, além de haver estudantes e até professores ligados ao *Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR)*, que defendia a via armada.³⁷ Em uma sociedade polarizada como a do Chile durante o governo de Allende, uma universidade considerada por muitos “militante” ou “engajada”³⁸ enfrentaria uma repressão brutal por parte dos militares chilenos que

³⁷ O reitor da *UTE*, Enrique Kirberg, foi o primeiro reitor declaradamente comunista de uma universidade chilena, que, nesse momento, era uma das duas públicas, juntamente com a *Universidad de Chile*. Além disso, ele foi o primeiro reitor eleito por professores e estudantes em um claustro pleno em 1968, ainda no governo de Eduardo Frei. Outros importantes dirigentes pertenciam ao Partido Comunista, como Carlos Orellana, diretor da editora da *UTE* e ao Partido Socialista, como Ricardo Nuñez, Secretário Geral da universidade. Nas entrevistas realizadas para esse trabalho houve professores que relataram haver membros do *MIR* na *UTE*, assim como um professor que chegou a fazer parte de uma organização ligada ao mesmo. No livro-entrevista com Kirberg, o ex-reitor relata que o grupo de esquerda se fortaleceu com sua campanha para direção da universidade, principalmente o Partido Comunista. Cf. Luis Cifuentes. Kirberg. *Testigo y actor del Siglo XIX*. (Santiago:Editorial USACH, 1993), 115-6.

³⁸ Ao longo do meu estudo vou optar pelo termo “engajamento”. O termo “militante” foi utilizado por muitos opositores da *UP* com o intuito de denegrir a imagem da *UTE*, afirmando que a mesma se preocupava mais com a militância e cooptação política para a esquerda do que com os assuntos propriamente acadêmicos. O próprio reitor se incomoda com esta interpretação de uma universidade militante. Em seus relatos diz que houve inúmeras reformas durante o seu reitorado, que existiam várias pessoas de outros partidos e que pelo menos 27% do *Consejo Superior* da *UTE* era composto por membros opositores ao governo. Cf. CIFUENTES, 1993, p. 132-144. Tendo a concordar com a opinião de Kirberg em alguns aspectos, já que, não somente os dados apresentados pelo próprio, como dados apresentados por outras fontes secundárias escritas durante a ditadura confirmam as significativas mudanças ocorridas no período e como a *UTE* continuou a se expandir e modernizar. No entanto é notável que o número de filiados aos partidos que compunham a *UP* era a maioria da universidade, como o próprio reitor afirma no livro de Luis Cifuentes. Mesmo que não ocorresse uma tensão no interior da universidade devido ao posicionamento político de seu corpo docente, discente e de funcionários, havia um compromisso, ou ao menos uma simpatia, com os planos de Revolução da *UP*. Utilizo o termo “engajamento”, ao invés do “militante” que é utilizado de forma pejorativa, para sustentar o argumento exposto, essencial para a compreensão da forte repressão na *UTE*. Em relação às inúmeras reformas desenvolvidas no reitorado de Kirberg, cf. Enrique Kirberg. *Los nuevos profesionales: educación universitaria de trabajadores, Chile: U.T.E., 1968-1973*. (México: Universidad de Guadalajara, 1981). Um outro ponto de vista extremamente acrítico, descritivo e com pouca análise sobre as reformas no mesmo período é o de Juan Muñoz et al. *La Universidad de Santiago de Chile: sobre sus Orígenes y su desarrollo histórico*. (Santiago:Editorial USACH, 1987).

desencadearam o Golpe. Segundo, e ligado estritamente ao primeiro fator, a *UTE* era considerada uma universidade popular, que recebia muitos alunos provenientes de classes de renda mais baixa. E, de fato, a *UTE* desenvolveu, principalmente após a ascensão do reitor Enrique Kirberg e, ainda mais intensamente, depois que a *UP* subiu ao poder, uma relação de aproximação com as classes trabalhadoras. Vista pelas classes mais abastadas da sociedade chilena, que foram um dos principais sustentáculos do Golpe Militar em 1973, como uma universidade secundária, a repressão mais intensa que se abateu sobre a *UTE* parece ter tido um componente racista/classista.³⁹ Por fim, a reforma universitária que estava em curso em todo o Chile encontrava na *UTE* possibilidades de transformações mais radicais, e até com dinâmicas próprias devido às características já citadas anteriormente. A *UTE* possuía um papel estratégico nas mudanças implementadas através da via democrática ao socialismo de Allende. A proximidade da instituição com o governo da *UP* se revela até no dia do Golpe. No dia 11 de setembro de 1973, o presidente iria inaugurar uma exposição chamada *Por la vida...siempre!*⁴⁰ na *UTE*. A exposição visava uma conscientização contra uma possível guerra civil e alertava para os perigos do fascismo, que parecia crescer entre a população, incitada por grupos de extrema direita contra o governo. Neste momento, o Chile se encontrava em um grau de tensão máxima e Allende aproveitaria a inauguração da exposição para anunciar a convocação de um plebiscito em que a população iria votar se queria ou não a continuidade do governo socialista⁴¹. Os militares não esqueceriam a importância que a *UTE* possuía para a *UP* e para a esquerda, não somente nos momentos iniciais da ditadura, como também durante todo o resto do governo de Pinochet.⁴²

³⁹ O componente social de classe pesou significativamente no caso da *UTE*. Agradeço ao professor Luis Cruz Salas por me chamar atenção para essa característica na repressão na universidade chilena trabalhada. A partir disso pude perceber que esse componente é mencionado, direta ou indiretamente, em outros relatos e relaciona-se com a dinâmica e reformas empreendidas na universidade.

⁴⁰ A exposição tinha o nome completo de *Contra la Guerra Civil. Por la vida...siempre! Jornadas Antifascistas* e foi organizada pelo diretor de extensão e comunicação da *UTE* Mario Navarro, o qual eu tive a oportunidade de entrevistar para esta pesquisa.

⁴¹ SEVES, 2009, 154.

⁴² Há dois momentos de maior repressão na *UTE*. O mais intenso é nos primeiros meses após o Golpe, ao final de 73 e ao longo do ano de 74. Ao longo da década de 70 a repressão continua, mas volta a se intensificar após a Constituição de 1980 e os decretos com força de lei que modificam os parâmetros educacionais para as universidades ao final do mesmo ano (*Ley General de Universidades*). Com a mudança do nome de *Universidad Técnica del Estado* para *Universidad de Santiago de Chile (USACH)* a partir do decreto com força de lei nº 23 de 21 de março de 1981, ocorrem os expurgos finais dos professores,

2.1. UFMG: AS DIFERENTES FACETAS DA REPRESSÃO CONTRA A ESQUERDA, OS “SUBVERSIVOS” E OS “CONIVENTES”.

Logo após o Golpe no Brasil ocorreram prisões de professores, intervenções e perseguições na UMG. Inquéritos foram abertos e comissões de sindicâncias foram requisitadas aos reitores das universidades em todo o Brasil. No mesmo ano, vários professores da UMG foram presos, como Simon Schwartzman, Marcos Rubinger, Sylvio de Vasconcellos, Henrique de Lima Vaz, Celson Diniz, entre outros. De uma maneira geral, eles eram acusados de serem “subversivos”, o que na concepção militar abarcava um leque muito grande de ações e atitudes, que poderia ser desde ter ligação com o PCB no passado até não reprimir as ações estudantis consideradas esquerdistas. Foi o caso de Sylvio de Vasconcellos, que era “acusado” de ter sido filiado ao PCB - acusação que ele nega em depoimento ao Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS-MG), de ser conivente com estudantes de esquerda e de ter liberado verbas da Faculdade de Arquitetura, do qual ele era diretor, para financiar uma viagem de estudantes a um congresso em Cuba⁴³. Em abril de 1964 é pedida sua prisão⁴⁴, sendo que em junho do mesmo ano um termo de custódia coloca Sylvio de Vasconcellos em liberdade, mas ainda a disposição da justiça militar⁴⁵. Nesse meio tempo, o professor acaba renunciando, devido a

funcionários e estudantes que incomodavam o regime. Em documentos coletados e analisados no Departamento de Recursos Humanos da USACH - onde se encontram os pedidos de pensão de professores e funcionários exonerados da UTE/USACH pela ditadura garantidos por lei - é possível perceber que grande parte das exonerações registradas se deram nos anos de 1973 e 1974, e em menor número em 1981 e 1982. A mudança do nome da universidade também revela a intenção da ditadura de apagar a memória de uma universidade tão significativa para o governo de Allende.

⁴³Arquivo Público Mineiro (APM): Acervo DOPS, Pasta 0470, Rolo 022, doc. 2 a 16. Toda essa pasta contém documentos a respeito do professor Sylvio de Vasconcellos. A pasta inclusive leva seu nome. Uma grande quantidade de documentos da pasta contém o interrogatório feito com o professor do Inquérito Policial Militar que foi aberto contra o mesmo. As informações sobre seu passado comunista são negadas por Sylvio, assim como as acusações de ser conivente com estudantes de esquerda. Sylvio, segundo seu depoimento no DOPS, acusa o reitor de favorecer financeiramente a Escola de Farmácia, do qual Aluísio Pimenta fazia parte, em detrimento de outras escolas e faculdades, como a de Arquitetura. Também diz que logo após o golpe tentou reunir os diretores das escolas e faculdades da UMG para fazer um manifesto em favor da “Revolução” e contra a permanência do reitor Aluísio Pimenta. Apesar de toda sua defesa, o professor não convenceu os militares, já que mais de uma ordem de prisão foi expedida contra ele, além de ter sido um dos cassados pelo AI-5.

⁴⁴ APM: Acervo DOPS, Pasta 5489, Rolo 097, doc. 1051.

⁴⁵ APM: Acervo DOPS, Pasta 5489, Rolo 097, doc. 1052.

pressões internas e externas, à diretoria da Faculdade de Arquitetura. Sua situação só seria resolvida em janeiro de 1967, depois de idas e vindas na justiça.⁴⁶ O caso de Sylvio é somente um exemplo de como se deu as acusações contra os professores na UMG. Alguns chegaram a perder seus cargos por estarem presos, como foi o caso de Marcos Rubinger, que parece ter sido o que permaneceu mais tempo na prisão entre os professores presos logo após o Golpe⁴⁷, ou em situação clandestina, como Herbert José de Souza. Simon Schwartzman conseguiu escapar da demissão por ter enviado carta da prisão, oficializando sua condição de detenção e impedindo sua exoneração forçada.⁴⁸

A ordem, por parte do governo, de formação de uma comissão de sindicância para investigar crimes de “subversão” na UMG foi atendida em 8 de maio de 1964 pelo então reitor Aluísio Pimenta, que nomeou os professores Levindo Furquim Lambert, Caio Benjamin Dias, Francisco de Assis Castro e Mário Barbosa, e o estudante Paulo Roberto Diniz para dirigir as investigações e montar o relatório.⁴⁹ Porém a comissão não chegou a apontar culpados de subversão, o que desagradou alguns militares de Minas Gerais.⁵⁰

Outros tipos de repressão e controle político também ocorreram. Listas de comunistas que deveriam ser procurados e presos, feitas por integrantes de grupos conservadores⁵¹ - às vezes da própria universidade - foram divulgadas, alguns nomes foram vetados para serem paraninfos, como ocorreu no caso do impedimento de Carlos Heitor Cony, chamado para ser paraninfo de uma turma de formandos em jornalismo, justamente por ser considerado inimigo do regime. Somando-se à isso houve dois casos de intervenção direta na UMG, agredindo fortemente a autonomia universitária. O primeiro foi a

⁴⁶ Em 09 de dezembro de 1964 o Ministério Público aceita denúncia contra Sylvio. APM: Acervo DOPS, Pasta 0054, Rolo 005, doc. 291. Em 09 de fevereiro de 1965, outro pedido de prisão preventiva é expedido contra o professor, porém Sylvio de Vasconcellos se encontrava fora do país. Em 16/12/1966 foi julgado e concedido o *Habeas Corpus* por falta de justa causa para o prosseguimento da ação penal. APM: Acervo DOPS, Pasta 0470, Rolo 022, doc. 2 a 16. Por fim, em 03/01/1967, a partir da reclamação de *Habeas Corpus*, é trancada a ação penal contra Sylvio. APM: Acervo DOPS, Pasta 0054, Rolo 005, doc. 376.

⁴⁷ Rodrigo Patto Sá Motta, *As universidades e o Regime Militar*, 30.

⁴⁸ Rodrigo Patto Sá Motta, *As universidades e o Regime Militar*, 57.

⁴⁹ Arquivo AESI/UFMG: Caixa 2, maço 24.

⁵⁰ Rodrigo Patto Sá Motta, *As universidades e o Regime Militar*, 57.

⁵¹ Para saber mais sobre os grupos de esquerda e de direita no contexto do Golpe de 64 em Minas Gerais cf.: Heloisa Maria Murgel Starling. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 64*. (Petrópolis: Vozes, 1986).

intervenção em junho de 1964 na FAFI⁵² a mando do General Carlos Luís Guedes, que nomeou o tenente-coronel Exedito Orsi Pimenta. O motivo havia sido a descoberta de panfletos estudantis críticos a ditadura. Após cinco dias e a punição dos suspeitos, a intervenção chegou ao fim. Em julho do mesmo ano, o mesmo general determinou a intervenção na reitoria, afastando o reitor Aluísio Pimenta. A intervenção durou apenas 48 horas devido ao amplo apoio que Aluísio Pimenta angariou contra seu afastamento, sendo defendido, inclusive, pela imprensa liberal que apoiara o Golpe. Como revela o próprio ex-reitor, muitas vezes era possível notar um despreparo das forças repressivas em identificar quem eram as verdadeiras "ameaças":

“Comecei nesse período a receber, dos serviços de informação então existentes, uma avalanche de fichas em que estavam anotadas as ações, atitudes e iniciativas de professores, alunos e funcionários da Universidade, consideradas subversivas. Desejavam que eu, apoiado nelas, abrisse inquéritos ou realizasse sindicâncias. Nunca vi tanta desinformação junta, tanta inutilidade catalogada. Acusavam, por exemplo, a um professor de Física de ter comparecido, em uma determinada ocasião, ao Aeroporto da Pampulha para receber uma comissão da Euraton. Ora, a Euraton era considerada por muitos pesquisadores e professores como uma organização comprometida com o “capitalismo internacional” e outras avaliações do mesmo teor. Outros eram acusados de terem participado de um churrasco oferecido a Jorge Amado etc.”⁵³

Após um primeiro expurgo, que Motta calculou em cerca de 100 professores punidos em todo o país⁵⁴, mas que não atingiu quantidade significativa de professores na UMG, os militares cessaram por um tempo os pedidos de exoneração, apesar de investigações e os processos contra os docentes na UFMG terem continuado, como no caso de Sylvio de Vasconcellos, Simon Schwartzman e Jessé Guimarães de Brito, este último também professor da Faculdade de Arquitetura da UMG. Além disso, outros tipos de censuras e coações ocorriam, como o caso do que Fábio Wanderley Reis, professor da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), chamou de “cassações brancas”, em que os

⁵² Antiga Faculdade de Filosofia, hoje atual FAFICH, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

⁵³ Aluísio Pimenta. Universidade. Universidade: a destruição de uma experiência democrática. (Petrópolis: Vozes, 1985), 36.

⁵⁴ Rodrigo Patto Sá Motta, *As universidades e o Regime Militar*, 57.

militares impediam que professores que não eram vistos com bons olhos pelo regime se tornassem diretores ou conseguissem verbas para pesquisas e estudos no exterior.⁵⁵

Como no resto do país, o ano de 1968 também foi emblemático para a UFMG, ocorrendo protestos e manifestações em todas as faculdades da instituição. Ao mesmo tempo em que os protestos ocorriam era formada uma comissão para elaborar um plano de reforma que já era discutido desde o início da década. Como toda essa efervescência política na UFMG, os órgãos de repressão começaram a pressionar e a culpar os professores, principalmente os diretores de faculdades, que não colaboravam com a censura e o controle das ações estudantis. Antes que o AI-5 fosse aplicado, alguns professores foram indiciados em inquéritos policiais militares (IPMs). O diretor da FACE, Rodolpho de Abreu Bhering⁵⁶ e o diretor da FAFI, Pedro Parafita de Bessa, foram responsabilizados por não conter os estudantes e manifestações “subversivas” em suas faculdades. Tarcísio Ferreira⁵⁷, da FAFI, foi indiciado, segundo os documentos do DOPS, por ser contra as acusações feitas contra Pedro Parafita de Bessa e por realizar reuniões que criticavam o regime. Outros professores foram investigados por manterem relações de diálogo com o movimento estudantil, como foi o caso de Lourival Vilela, diretor da Faculdade de Direito, e Amilcar Martins, professor da Faculdade de Medicina.

As investigações e os IPMs seriam somente o primeiro passo da nova onda repressiva. Com o AI-5 e a supressão das liberdades políticas e individuais, vários professores que já estavam na mira dos órgãos de repressão foram cassados e exonerados. A lista dos professores cassados na UFMG revela que não necessariamente era preciso ter um passado comunista ou ligação com grupos de esquerda. Em outros casos, parece que a justificativa para a cassação foi justamente essa ligação. Os considerados incômodos ou inimigos dos regimes eram os que estavam ligados a grupos de esquerda ou tinham passado esquerdista, mas também eram os considerados coniventes com ações que desagradavam os militares. Algumas vezes poderia ser uma mescla das duas situações.

Alguns professores cassados pelo AI-5, como Amilcar Martins, o ex-reitor Aluísio Pimenta, Sami Sirihal, Sylvio Vasconcellos, entre outros, eram acusados de pertencerem a grupos ou partidos de esquerda. Amilcar Martins é apresentado como tendo um passado de esquerda, tendo participado de comícios do Partido Comunista e da reunião que

⁵⁵ Entrevista com Fábio Wanderley Reis, realizada em 28 de agosto de 2008 por Rodrigo Patto Sá Motta.

⁵⁶ APM: Acervo DOPS, Pasta 0033, Rolo 004, docs. 71 a 76, 367 e 418.

⁵⁷ APM: Acervo DOPS, Pasta 0033, Rolo 004, docs 350 a 357.

implantou o PCB em Minas Gerais, segundo o DOPS.⁵⁸ Sylvio de Vasconcellos também aparece envolvido com figuras importantes do PCB, apesar de negar em carta enviada ao comando do DOPS⁵⁹. Sami Sirihal⁶⁰ é acusado de ser ligado a AP, enquanto Aluísio Pimenta teria conexões com a esquerda moderada do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o partido do presidente deposto.⁶¹ Sylvio de Vasconcellos, Amílcar Martins e Aluísio Pimenta também são acusados de manterem diálogo com os estudantes ou de serem coniventes com suas ações. Amílcar chegou a mediar os diálogos dos estudantes com a polícia, quando aqueles ocuparam a Faculdade de Medicina em 1968.⁶²

Alguns professores, no entanto, não possuíam nenhuma ligação com grupos de esquerda e, no máximo, defendiam causas nacionalistas. O diretor da FAFI, Pedro Parafita de Bessa, foi cassado pelo AI-5 por defender a liberdade de expressão dos estudantes, apesar de não possuir nenhum passado ligado à esquerda. Em seus dois depoimentos no DOPS, em junho e outubro, ele se mantém bastante convicto em relação à importância da liberdade de expressão e defende o direito de manifestação dos estudantes. Manifestações e protestos estudantis contra a morte do estudante Edson Luís no Rio de Janeiro⁶³ e em apoio às greves dos bancários e metalúrgicos do ano de 1968 fizeram com que os órgãos de vigilância redobrassem a atenção sobre a FAFI. O diretor da faculdade foi responsabilizado por não impedir as manifestações estudantis.⁶⁴ Em seu IPM, os policiais do DOPS o acusam de ser conivente e permissivo em relação aos estudantes, o que certamente ajudou na decisão de cassá-lo.⁶⁵ O mesmo ocorreu com o diretor da Faculdade de Direito, Lourival Vilela⁶⁶, e o reitor da UFMG na época, Gerson Boson⁶⁷. As acusações contra eles foram as mesmas apresentadas contra Pedro Parafita de Bessa.

⁵⁸ APM: Acervo DOPS, Pasta 5486, Rolo 096, doc. 104.

⁵⁹ APM: Acervo DOPS, Pasta 0470, Rolo 022, doc. 2 a 16.

⁶⁰ APM: Acervo DOPS, Pasta 0011{2}, Rolo 001, doc. 185.

⁶¹ APM: Acervo DOPS, Pasta 0011 {2}, Rolo 001, doc. 143.

⁶² APM: Acervo DOPS, Pasta 0022, Rolo 002, docs. 115 a 122.

⁶³ O estudante secundarista Edson Luís foi assassinado em março de 1968 em um confronto com a polícia durante manifestações estudantis. O seu assassinato gerou ampla comoção em todo o país, desencadeando passeatas e manifestações em várias cidades.

⁶⁴ APM: Acervo DOPS, Pasta 0033, Rolo 004, docs. 64, 65, 222 a 232, 329 a 331, 358 e 359. Pasta 034, Rolo 004, docs. 375 a 383.

⁶⁵ APM: Acervo DOPS, Pasta 0033, Rolo 004, docs. 367 a 369 e 399 a 402.

⁶⁶ APM: Acervo DOPS, Pasta 0034, Rolo 004, docs. 290 a 294.

⁶⁷ APM: Acervo DOPS, Pasta 0851, Rolo 025, doc. 581. Pasta 0034, Rolo 004, docs. 391 a 397.

No caso de Osório da Rocha Diniz, professor da Faculdade de Engenharia, o que pesou em sua acusação, pelo menos no que consta em relação ao DOPS, foi a sua ligação com entidades nacionalistas ligadas ao PTB. Em 1948, Osório Diniz havia sido eleito presidente do “Centro Estadual de Estudos para Defesa do Petróleo e Economia Nacional”. Em 1961 também havia participado de conferência do economista Paulo Singer da USP, que também seria cassado pelo AI-5.⁶⁸

Após as cassações na UFMG, que ocorreram no segundo semestre de 1969, não ocorreram mais expurgos na universidade, a não ser algumas iniciativa isoladas. Os órgãos de vigilância tenderiam mais a evitar a contratação de professores que não eram bem vistos pelo regime do que atuar sobre os que já estavam dentro da UFMG.

2.2. UTE: O DESMANTELAMENTO REPRESSIVO DE UMA UNIVERSIDADE “ENGAJADA” E “POPULAR”

A repressão contra os professores na UTE, assim como na UFMG, passou por diferentes etapas ao longo da ditadura pinochetista. A violência física contra a UTE e seus membros nos primeiros dias após o Golpe foi algo sem precedentes na história dos regimes militares da América Latina. Há vários relatos dos acontecimentos que se sucederam nesses dias e todos convergem para um uso de força excessivo até mesmo para regimes militares no que se refere ao tratamento dado às universidades⁶⁹. O ex-reitor Enrique Kirberg, que ingressou na UTE como professor na área de engenharia e era um conhecido comunista, relata que no dia 11 de setembro muitos professores, funcionários e estudantes foram impedidos de voltar para casa devido ao toque de recolher imposto pelos militares. Foi feita uma negociação para que eles passassem a noite dentro da universidade. No início da manhã a sala de transmissão da rádio da universidade havia sido invadida e metralhada e sua antena destruída. Durante a noite em que permaneceram na UTE, um funcionário, o cinegrafista

⁶⁸ APM: Acervo DOPS, Pasta 5486, Rolo 096, doc 61, 66, 76, 95 e 97.

⁶⁹ Em seu livro *Los Nuevos Profesionales*, Kirberg relata brevemente como a UTE foi invadida e seus integrantes humilhados baixo mando militar. Enrique Kirberg, *Los Nuevos Profesionales*, Parte 2, 72. Também faz um relato mais completo no livro de Luis Cifuentes Seves, Kirberg, p. 153 a 158. Ricardo Núñez, secretário geral da universidade na época, também dá o seu relato de como a universidade foi cercada no dia 11. O atual político pelo Partido Socialista conseguiu sair da UTE no mesmo dia, porém foi preso alguns dias depois. Maria Olivia Mönckeberg, p. 27 a 30.

Hugo Araya, foi atingido por uma bala e acabou falecendo dentro da Escola de Artes e Ofícios da UTE, já que os militares não deixavam ninguém sair durante a noite.⁷⁰

Na manhã do dia 12 a reitoria foi bombardeada e metralhada. O reitor e o presidente da Federação de Estudantes, Osiel Ñuñez, saíram da Reitoria agitando uma camisa branca para que os militares não atirassem. Os ocupantes da reitoria foram imobilizados e colocados no chão. A Casa Central (onde está a reitoria) e outros prédios da UTE foram invadidos pelos militares e policiais que atiravam e utilizavam, inclusive, granadas, agredindo muitos de seus ocupantes, por volta de setecentas pessoas, que foram feitos, em grande maioria, prisioneiros e levados para o Estádio Chile⁷¹. Quatro dias mais tarde, Enrique Kirberg, que havia sido substituído por um reitor delegado⁷², foi enviado ao campo de trabalho forçado da ilha Dawson, após passar por distintos lugares de detenção, ao sul do Estreito de Magalhães. Permaneceu na ilha por nove meses, tendo passado posteriormente por outros campos de trabalho forçado. Depois de dois anos preso, foi liberado com a condição de sair do país.⁷³

Com o próprio reitor preso em um campo de trabalho forçado, não é de se espantar que a repressão contra a UTE tenha atingido um enorme número de professores, incluindo outros dirigentes e importantes nomes da universidade. O editor e escritor, diretor da revista da *Universidad Técnica del Estado* no momento do Golpe, Carlos Orellana também foi preso e permaneceu no Estádio Chile e no Estádio Nacional, sendo posteriormente libertado e partindo para o exílio na França em dezembro de 1973.⁷⁴ O secretário geral da UTE e membro do Partido Socialista, Ricardo Núñez, e o professor e

⁷⁰ Luis Cifuentes Seves, Kirberg, 155.

⁷¹ Atual Estadio Victor Jarra. O nome foi dado em homenagem ao cantor e compositor de música folclórica Víctor Jarra, que pertencia a Secretaria de Extensão e Comunicações da UTE, e que foi assassinado nesse estádio.

⁷² O reitor Enrique Kirberg foi substituído pelo Coronel do Exército Francisco Eugenio Reyes Tastets, que foi nomeado reitor delegado da UTE. Foi o primeiro reitor delegado nomeado pelo governo. Sua nomeação foi publicado no *Diario Oficial* em 02/10/1973. Biblioteca Nacional. Santiago

⁷³ Em discursos feitos no lançamento do livro de Luis Seves sobre Kirberg - e que se encontram em apêndices ao final do livro - o ex ministro da educação do governo Allende e ex reitor da *Universidad de Concepción*, Edgardo Enríquez, discorre brevemente sobre sua relação com Kirberg. Enríquez esteve preso com Kirberg na Ilha de Dawson e foi posto em liberdade primeiro. Enríquez fez contato com o presidente da UNESCO, monsieur M'Bo, em outubro de 1975 e pediu para que o mesmo pressionasse o governo de Pinochet para libertar Kirberg e dois ex ministros da educação, Jorge Tapia e Aníbal Palma. Kirberg foi libertado ao final de 1975 e partiu para o exílio nos EUA. Luis Cifuentes Seves, Kirberg, 257.

⁷⁴ Carlos Orellana. *Penúltimo Informe: memoria de um exílio*. <http://www.abacq.net/orellana/dos.htm> (20 ago. 2014).

diretor de Comunicação e Extensão, Mario Navarro, membro do Partido Comunista foram presos dias depois. Navarro havia conseguido escapar da prisão no Estádio Chile no dia do Golpe por intermédio do cineasta Fernando Balmaceda, que havia prestado serviços para a Força Aérea e fez uma lista dos integrantes de sua equipe, acrescentando o seu próprio chefe. Entretanto, ao seu apresentar para receber seu salário no dia 28 de setembro, foi preso - seu nome constava em lista organizada por grupos de extrema direita-, juntamente com Ricardo Núñez, secretário geral da UTE, o diretor de Planificação, Felipe Richardson, o diretor do Departamento de Matemática e conhecido comunista, Antonio Clemente, entre outras pessoas que possuíam cargos importantes na UTE. Todos foram torturados na própria universidade e posteriormente no Estádio Nacional.⁷⁵

Mario Navarro, em entrevista concedida para essa pesquisa, relata que, apesar da desumana situação, conseguiu ajuda de onde menos esperava quando era levado para o Estádio Nacional:

“En algún momento uno de los soldados se acerca así, se agacha [...] y me dice ‘dígame un teléfono, yo aviso.’ Mira, uno...sin pensar yo di mi teléfono, a lo mejor no era bueno darlo, te fijas? Y la Lucía se acuerda claramente...después cuando salí de la cárcel, ella me dice que ese día [...] recibió en la noche un llamado de una voz de campesino y que le dijo ‘a su pariente lo dejamos en el Estadio Nacional’ y eso era muy importante, saber dónde uno estaba.”⁷⁶

Ao final do ano, Navarro foi transferido para o *Cárcel Público* e só sairia de lá com a ajuda do advogado de Ricardo Núñez, que conseguiu uma cópia de documento dos próprios militares que afirmava que não houve conflito entre os militares e membros da UTE, o que negava a justificativa de suas prisões. Navarro, ao contrário de muitos professores perseguidos e exonerados pela ditadura, optou por permanecer no Chile e trabalhar em sua área de formação, Design Gráfico, em agências de Publicidade. Ricardo Núñez, que foi preso juntamente com Mario Navarro e também levado ao Estádio Nacional, partiu para o exílio na Europa. Em entrevista concedida a pesquisadora Juanita Gallardo, o político do Partido Socialista recorda da tortura e dos abusos sofridos no dia em que foi preso:

⁷⁵ Entrevista feita com Mario Navarro em 14/04/2014 pelo autor e entrevista feita com Ricardo Núñez em 26/03/2014 por Juanita Gallardo. Kirberg também fala dos maus tratos sofridos pelos professores em seu livro. Cf. Enrique Kirberg, *Los nuevos profesionales*, parte 2, 72.

⁷⁶ Entrevista feita com Mario Navarro pelo autor em 14/04/2014 em Santiago do Chile.

“En la rectoría fue la primera vez que me torturaron. Entre otros, participaba Clericus⁷⁷, que con gran entusiasmo caminaba encima de mi espalda. Él se dio cuenta de que yo estaba absolutamente choqueado al verlo hacer eso. No sé si estaba vestido de militar, parece ser que sí, pero no me acuerdo bien de ese detalle, pero lo que sí recuerdo es que tenía un palo en la mano y con eso me pegaba en los hombros. Lo hacía él mismo junto a un teniente de apellido Montt. Lo supe porque alguien lo llamó así. Fue un muchacho, seguramente uno que recién había terminado de hacer el servicio militar, el que lo llamó así: “mi teniente Montt.” El teniente Montt era un tipo muy joven y participaba con entusiasmo dándonos patadas y quemándonos cigarrillos en las manos y los tobillos mientras estábamos tirados boca abajo en el pasillo del segundo piso de la Casa Central, que todavía estaba con astillas y pedazos de vidrios después del asalto con cañonazos. Tanto él como los otros militares se dedicaban con ganas a pegarnos patadas y a quemarnos con cigarrillos. En la oficina grande del rector estuvimos un rato, no podría decir cuánto tiempo pero sí puedo asegurar que fue ahí donde más sufrí.”⁷⁸

O golpe na UTE foi marcado por uma extrema violência que se apoiava na ideia que era necessário fazer um expurgo dos que utilizavam a universidade como lugar de “proselitismo político”, o que na verdade significava expulsar todos os considerados marxistas e contrários ao governo militar. Em pesquisa realizada no Departamento de Recursos Humanos da *USACH* - onde se encontram os pedidos de pensão de professores e funcionários exonerados da *UTE/USACH* - foi possível contabilizar cerca de 600 professores que foram exonerados da UTE por motivos políticos entre 1973 e 1981, a maioria nos anos de 1973 e 1974.⁷⁹ Porém não foram todos os professores exonerados que entraram com recursos, alguns foram para o exílio e não retornaram mais, muitos eram estrangeiros e outros morreram durante a ditadura e suas famílias não buscaram as devidas

⁷⁷ Segundo nota da entrevista feita com Ricardo Núñez em 26/03/2014 por Juanita Gallardo: Guillermo Clericus Etchegoyen egresó en 1946 de la Escuela Militar con grado de bachiller en matemáticas e ingeniero politécnico militar con especialización en química. Se retiró del Ejército en 1967 con el grado de mayor. Desde 1968 fue profesor de la Facultad de Ingeniería de la sede en Valdivia de la UTE. En 1972 fue elegido miembro del Consejo Superior de la Universidad. Después del golpe lo nombraron Secretario Nacional Administrativo; en 1974 ocupó el cargo de Pro rector y en 1978 fue director general de bibliotecas de la UTE. Fue rector delegado en la Universidad de Concepción entre 1980 y 1987.

⁷⁸ Entrevista feita com Ricardo Núñez em 26/03/2014 por Juanita Gallardo em Santiago do Chile.

⁷⁹ Fondo de Perseguidos Políticos. Departamento de Recursos Humanos da *USACH*.

compensações do Estado chileno. Estima-se que as universidades mais visadas pelo regime sofreram uma redução por volta 25% de seu pessoal docente.⁸⁰ Se considerados apenas os professores de jornada completa da UTE no momento do golpe, que eram por volta de 2500, os pedidos de pensão se encontrariam entre 20% e 25% do total de professores da universidade, considerando que grande parte dos pedidos é de professores de jornada completa. Independente do número exato, que é muito difícil de averiguar, a proporção de professores exonerados políticos na UTE é impressionante, revelando o quão profundo e danoso foi a intervenção militar na *Universidad Técnica del Estado*.

Somando-se às torturas e aos numerosos casos de exoneração política, ocorreram também assassinatos de professores da instituição, incluindo professores estrangeiros. Os primeiros professores a serem reconhecidos como vítimas fatais do regime foram Pedro Emílio Perez Flores, professor de Engenharia de Minas, e Leonello Vincentti Cartagena, professor de Matemática e Física, ambos da sede da UTE em Copiapó, além de membros do Partido Socialista. Foram detidos em suas casas em 25 de setembro de 1973, torturados no presídio de Copiapó e fuzilados no dia 17 de outubro no deserto do Atacama, quando estavam sendo transferidos para o presídio de La Serena.⁸¹ Foi reconhecido pelo Estado e somou-se a eles posteriormente (no recorte até 1981) o professor Alejandro Rodríguez Urzúa da Escola de Arquitetura da UTE em Concepción, desaparecido-político desde junho de 1976⁸². Além desses três professores chilenos há também dois casos de professores brasileiros da UTE assassinados pela ditadura: Luis Carlos de Almeida, professor de Física, preso em 14 de setembro de 1973, torturado e assassinado às margens do rio Mapocho⁸³, e Wanio de Mattos, ex-policia em São Paulo, guerrilheiro e que dava aulas de Educação Cívica na UTE. Morreu no hospital de campanha do Estádio Nacional em outubro de 1973.⁸⁴ O número de docentes da UTE assassinados pelo regime ainda não parece estar completo, pois muitos documentos militares sobre as execuções e torturas ainda não foram encontrados ou foram destruídos. Estima-se que o número de professores

⁸⁰ É a porcentagem estimada pelo documento da Flacso: *Las universidades chilenas y los derechos humanos*. Flacso. 1984.

⁸¹ Juan Zolezzi. et. al. Libro Memorial de la Universidad Técnica del Estado y la Universidad de Santiago de Chile: Informe de la Comisión de Reconciliación Universitaria de 1991, actualizado a 40 años del golpe de Estado de 1973. (Santiago: Editorial USACH, 2013), 127, 128, 132 e 133.

⁸² Juan Zolezzi. et. al. Libro Memorial, 219-20.

⁸³ Juan Zolezzi. et. al. Libro Memorial, 2013, 202.

⁸⁴ Informação concedida pela pesquisadora da Vicerrectoría de Vinculación con el Medio de la Universidad de Santiago de Chile, Juanita Gallardo, por email em 29/09/2014.

assassinados possa ter sido maior, principalmente em um primeiro momento em que o braço repressivo da ditadura chilena atuou impiedosamente sobre as universidades.

A repressão contra os professores da UTE ocorreu de diferentes formas, porém fez com que vários professores fossem para o exílio. O atual decano da *Facultad de Humanidades* da USACH, Augusto Samaniego Mesías, também foi um dos que foram levados para o Estádio Chile e posteriormente partiu para o exílio. Em entrevista concedida, Samaniego relata que foi um das últimas pessoas a verem Victor Jarra com vida, após passar a noite na Escola de Artes e Ofícios da UTE. O professor de História, membro do Partido Comunista, que na UTE trabalhava no departamento de Ciências Sociais, foi outro professor a ser preso e torturado, passando pelos Estádios Chile, Nacional e pelo campo de prisioneiros de Chacabuco, onde permaneceu até setembro de 1974. Samaniego nunca chegou a receber qualquer acusação formal e após ser solto acabou por se exilar na França.⁸⁵

O exílio também foi a opção encontrada por Luis Cruz Salas e Carmen Vargas para fugir da ditadura pinochetista. Salas, que era professor de História da UTE, foi militante de vários movimentos de esquerda ao longo da década de 60, sendo que mais ao final da mesma se filiou ao Partido Socialista, por considerá-lo mais combativo. Porém no ano de 73 saiu do PS e se juntou ao MIR, o grupo chileno mais à extrema esquerda e que defendia a luta armada. No dia 11 de setembro de 1973 chegou a queimar livros e documentos que poderiam ser considerados subversivos no Instituto Pedagógico. Contrariando as expectativas, Salas não chegou a ser preso ou torturado e somente foi chamado para prestar depoimento no Estádio Nacional. Foi exonerado ao receber uma carta em que o desligava da Universidade. Salas se exilou na Argentina, e posteriormente na Europa, no momento em que os militares buscavam eliminar todos os militantes do MIR. Ele somente voltaria ao Chile na década de 1990.⁸⁶ Carmem Vargas, professora do Instituto Pedagógico também foi uma das exoneradas políticas que partiu para o exílio. Diferentemente de vários colegas seus, Carmem não tinha militância em nenhum partido político, apesar de ser simpatizante do governo da UP. No entanto, o simples fato de ter lecionado na UTE dificultou que Carmem conseguisse um emprego. Ela conseguiu passar em um concurso na *Universidad Austral de Valdivia*, mas foi impedida de assumir o cargo, segundo recorda, por ser

⁸⁵ Entrevista feita com Augusto Samaniego pelo autor em 22/04/2014 em Santiago do Chile,

⁸⁶ Entrevista feita com Luis Cruz Salas pelo autor em 24/04/2014 em Santiago do Chile.

exonerada da *Universidad Técnica*. O diretor de uma das unidades da *Universidad Austral de Valdivia* disse que eles estavam contratando pessoas extremistas e sua entrada foi barrada. Após um tempo lecionando em outro colégio, colegas e amigos lhe recomendaram que fosse ao exílio, pois ela possuía muitos “antecedentes”. Vargas se exilou na Venezuela, onde conseguiu lecionar na *Universidad de Caracas*.⁸⁷

O caso de Carmem é mais exceção do que regra no que se refere à militância em partidos políticos. Uma significativa parte dos professores exonerados eram membros ou militantes de partidos da UP, principalmente o PS e o PC. No entanto, houve outros casos de professores que não mantinham nenhum vínculo com partidos políticos e que foram exonerados ao longo da década de 70. Com exceção dos professores que militavam ou que tinham ideias claramente de direita, ser professor da UTE desde antes 1973 era um motivo de desconfiança, inclusive para professores ligados a Democracia Cristã (DC). Jaime Medina é um claro exemplo disso, professor do Colégio Pedagógico, apesar de ter simpatia pelo governo da UP nunca participou de atos políticos, nem era militante de nenhum partido. Foi exonerado em setembro 1973, mas por intermédio de um antigo colega, voltou a ministrar aulas na UTE até 1975.

“En Junio de 1975 me informan oficialmente que por orden superior debía dejar mis funciones en la universidad. Apelé a la Rectoría y pedí audiencia a la autoridad máxima entregando copia de mis antecedentes profesionales y todo el material educativo que utilizaba para desarrollar mis clases, demostrando que no hacía proselitismo político, ni inculcaba ideologías a los alumnos. Hasta ahora -2013- no he tenido respuesta oficial. Por el desempeño de mi labor docente [...], fui propuesto asistir a un Curso de Cartografía en Ecuador por un periodo de tres meses, a través de un convenio que mantenía la universidad con el Instituto Geográfico Militar de Chile; curso que no se materializó[...]. Fue el instante en que recibía la exoneración de la universidad. También, por esa fecha, fui considerado para ser becado a España en 1976 en la Universidad Complutense de Madrid para realizar estudios superiores en nuestra especialidad. El hecho de haber sido exonerado y alejado de la universidad, provocó el corte drástico en mi carrera docente y fue uno de los grandes daños y frustraciones que sufrí durante el gobierno militar, el

⁸⁷ Entrevista feita com Carmen Vargas pelo autor em 25/04/2014 em Santiago do Chile.

estigma de ser exonerado me cerró las puertas para ingresar a cargos públicos.”⁸⁸

O caso de Jaime Medina revela um tipo de perseguição que afetou a muitos chilenos da área de educação. A ditadura pinochetista ao interromper suas carreiras e impedi-los de continuarem seus estudos, um sentimento de frustração e impotência se apoderou deles. Medina conseguiu continuar como professor em outros institutos onde já dava aula, mas considera que a impossibilidade de se aperfeiçoar o prejudicou profissionalmente para sempre.

Os expurgos continuaram ao longo da década de 1970, mas com menor intensidade do que no imediato pós-golpe. Uma nova fase de limpeza ocorreria no início da década de 1980, visando afastar os insatisfeitos com a *Ley General de las Universidades*. O poder concedido aos reitores delegados seria utilizado mais uma vez para afastar os descontentes com as mudanças realizadas pela ditadura na educação.⁸⁹

CONCLUSÃO: UFMG E UTE. AS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS DA REPRESSÃO EM UMA UNIVERSIDADE DE “ELITE” E EM UMA UNIVERSIDADE “POPULAR”.

Apesar de a presente pesquisa ainda estar em fase de finalização é possível pontuar algumas questões que levem a conclusões sobre a repressão contra os professores das duas universidades estudadas.

Primeiramente, faz-se necessário reafirmar que os contextos vividos pelas duas sociedades eram diferentes em decisivos aspectos, apesar de se encontrarem algumas semelhanças.

Tanto o Brasil, quanto o Chile estavam inseridos em um contexto global de Guerra Fria, em que as influências ideológicas dos dois blocos que disputavam e equilibravam as disputas de poder se faziam fortemente presentes, internamente e externamente. A influência da Revolução Cubana é outro ponto chave para se compreender os anseios de grande parte da esquerda, que a via como um exemplo a ser seguido, e os temores da direita e das forças conservadoras, defensoras de qualquer ação contra grupos políticos que se aspiravam seguir os caminhos da ilha comandada por Fidel Castro. Junte-se a isso a constante presença norte americana que, desde a Doutrina Monroe, sempre considerou a

⁸⁸ Entrevista feita com Jaime Medina pelo autor em 12/09/2013 em Santiago do Chile.

⁸⁹ Maria Olivia Mönckeberg, *La privatización de las universidades*, 248-9.

América Latina como uma área de influência dos interesses dos Estados Unidos. O vizinho do norte apoiou, em diferentes graus, os golpes dados pelas forças de direita na América Latina.

As diferenças maiores residem no contexto interno de cada nação. O governo Goulart, apesar de ser um governo que possuía o apoio dos trabalhadores e de significativa parte da esquerda, incluindo o PCB, não era um governo socialista, estava longe de propor uma revolução proletária e possuía apoio, inclusive, de alguns setores do Partido Social Democrático (PSD), que era mais conservador e distante da esquerda. O programa de governo de Goulart propunha reformas, consideradas necessárias para desenvolver o país e diminuir a desigualdade social. Apesar de toda tensão social, greves e articulações políticas envolvendo movimentos sociais e militares, não ocorreu com a mesma intensidade no governo Goulart o enfretamento e polarização política que viveu o Chile dos anos Allende. Os grupos de esquerda não estavam no poder e a independência e força dos sindicatos brasileiros não chegou nem perto de experimentar a experiência que sucedeu aos trabalhadores, sindicatos e grupos da esquerda chilena.

O governo de Allende, eleito de forma democrática e ratificado pelo Congresso, possuía claramente em seu programa o projeto de fazer a revolução proletária no Chile, porém pelo que seria conhecido como a “Via chilena ao socialismo” ou a “Via democrática ao socialismo”. Os principais partidos da coalizão da *Unidad Popular* eram o Partido Comunista e o Partido Socialista, que abarcavam diferentes correntes ideológicas de esquerda, mas que culminavam no fim último da revolução proletária. Não cabe aqui discutir os erros e acertos do governo Allende, nem as várias correntes que compunham o governo. O que se deseja destacar é que o acirramento do debate entre as forças conservadoras - que assistiram horrorizadas a um governo abertamente revolucionário chegar ao poder ao Chile e começar a efetuar as transformações nas estruturas da sociedade com amplo apoio da classe trabalhadora, principalmente dos setores mais marginados da sociedade - e as forças de esquerda que apoiavam a *UP* levaram a um impasse político, gerando uma divisão que podia ser observada não somente nas eleições, como nos confrontos diários das ruas, ocupações, universidades e fábricas.⁹⁰ Em suma, a polarização política no Chile alcançou níveis não imagináveis no Brasil.

⁹⁰ Um livro clássico que trata do impasse político no governo Allende é: Arturo Valenzuela. *El quiebre de la democracia em Chile*. (Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013).

A situação interna e o grau de conflito dos dois países ajudam a compreender em parte o nível de repressão desencadeado contra as duas universidades estudadas e, conseqüentemente, contra seus professores.

Em parte, a violência mais intensa e escancarada contra os docentes no Chile é explicável pelo maior temor e nível de paranoia que atingiu as forças conservadoras civis e militares chilenas por estarem combatendo um inimigo abertamente “comunista” ou “subversivo” que havia se implantado no governo e, conseqüentemente, em uma das mais importantes universidades chilenas, a UTE. E como mostrado, ainda que de maneira parcial, os professores e dirigentes da UTE eram em sua maioria membros, militantes ou simpatizantes de partidos que faziam parte da UP. A *Universidad Técnica del Estado* era considerada uma universidade “vermelha”, que apoiava e militava a favor do governo de Allende. Somente esse fator já seria suficiente para os militares desencadearem uma maior repressão contra a UTE. Outras universidades foram cercadas e invadidas, como a *Universidad de Chile* e a *Universidad de Concepción*, pois elas também possuíam um significativo número de integrantes ligados a partidos da UP. No entanto, a UTE foi cercada, metralhada e bombardeada, algo que não ocorreu com nenhuma outra universidade na América do Sul durante os regimes militares. O fato de isso ter ocorrido serve para refletir sobre outras questões a respeito da UTE. Ela não era somente uma universidade engajada e com grande número de integrantes de esquerda. A UTE era a universidade com maior porcentagem de professores e estudantes vindos da classe trabalhadora. Operários, camponeses e os filhos destes passaram a ser cerca de 30% dos estudantes da UTE durante a gestão de Kirberg. A repressão que atingiu a UTE se relaciona diretamente com um preconceito de classe que até hoje divide e assola o Chile. A *Técnica*, como algumas vezes seus integrantes a chamavam, era considerada um perigo para os militares e para as classes conservadoras não somente pelo número de “subversivos comunistas”, mas também por dar acesso à educação e ao conhecimento à população de baixa renda, mais marginalizada e que não tinha condição de chegar da maneira tradicional ao ensino superior. Para os conservadores era a invasão de um espaço considerado privilégio das elites.

A UFMG não chegou a sofrer mudanças tão significativas quanto a UTE no período pré-golpe, apesar de também desenvolver e discutir, principalmente por meio do movimento estudantil, questões relacionadas a uma maior acessibilidade e democratização do ensino superior. A UFMG, assim como as outras universidades brasileiras, era um

ambiente feito e ocupado pelas elites econômicas e intelectuais do estado. Por maior que tenha sido o movimento contestatório do *status quo* dentro desta universidade brasileira, não se chegou a abranger um número significativo de pessoas provenientes das classes trabalhadoras no meio acadêmico. A UFMG era, assim, mais uma universidade elitista, e seus professores, principalmente os que estavam há mais tempo na instituição, possuíam um perfil conservador. O número de docentes atingidos pela repressão dos militares não foi tão alto como no caso chileno. Não se sabe de casos de tortura contra professores na UFMG e o número de exonerados políticos na mesma instituição foi muito pequeno em relação ao seu corpo docente e ao que ocorreu na UTE. Os dirigentes da UFMG encontraram, em variados momentos, maneiras de se acomodar com o Regime Militar, buscando medidas conciliatórias e que evitassem danos maiores à instituição e seus professores, como no caso da comissão de sindicância que, logo após o golpe de 1964, não apontou culpados de “subversão” na universidade.

Na UFMG, assim como parece ter ocorrido em outras instituições de elite, muitas vezes o diálogo e a conciliação serviu para que pessoas contrárias ao regime se acomodassem, e que os órgãos de vigilância e repressão fizessem vista grossa para os cidadãos incômodos ao governo da ditadura.

Essa relação entre os professores da UFMG e o governo militar não significa que a ditadura no Brasil tenha sido pouco violenta. Pelo contrário, como revelado pela recente investigação desenvolvida pela Comissão Nacional da Verdade, a ditadura brasileira assassinou e torturou um número muito maior de pessoas que os que constavam nos dados oficiais até então.⁹¹ O tratamento dispensado à UFMG pela ditadura militar revela uma característica social e política arraigada até hoje em nossa sociedade. Apesar de todos os abusos sofridos pela instituição, a UFMG não chegou a sofrer uma violência extremada como outros setores da sociedade brasileira sofreram por ser um local de elite. O fator classista no Chile deve ser considerado em alta consideração quando se trata da repressão contra a UTE, porém a violência não deixou de atingir os intelectuais e setores da classe média alta chilena. Diferentemente do Brasil, em que a violência e a repressão estiveram focadas muito mais nas classes trabalhadoras, marginalizada e naqueles que enfrentaram abertamente o regime através da luta armada.

⁹¹ O relatório final da Comissão Nacional da Verdade pode ser acessado em <http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>.

Referencias

Fuentes primarias

Archivos pesquisados

- Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Chile em Santiago. Coleção do *Diario Oficial de la República de Chile*.
- Departamento de Recursos Humanos da USACH. Acervo de exonerados políticos. Santiago
- Hemeroteca de Belo Horizonte. Coleção do Diário Oficial da União.
- Biblioteca Central da UFMG. Acervo AESI/UFMG. Belo Horizonte.
- Arquivo Público Mineiro. Acervo DOPS. Belo Horizonte.

Documentos consultados

- Informe de la comisión nacional de verdad y reconciliación. (Informe Rettig)
- Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade do Brasil.
- Flacso: *Las universidades chilenas y los derechos humanos*. Flacso. 1984.

Entrevistas realizadas

- Jaime Medina. 12 de setembro de 2013 em Santiago do Chile.
- Mario Navarro. 14 de abril de 2014 em Santiago do Chile
- Augusto Samaniego. 22 de abril de 2014 em Santiago do Chile.
- Luis Cruz Salas. 24 de abril de 2014 em Santiago do Chile.
- Carmen Vargas. 25 de abril de 2014 em Santiago do Chile.
- Ricardo Núñez. em 26 de março de 2014 por Juanita Gallardo em Santiago do Chile.

Documentários utilizados.

- *Chile se moviliza*. Direção de Cote Correa e Carolina Trejo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T6yVNjL8gFE#t=112>.
- *Se vende educación*. Direção de Jhonathan Mendonza e Nancy Cervante. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n9s9Kbgv3x0>.

Fuentes secundarias

- Ciambarella, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In.: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia: (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- Cifuentes, Luis. Kirberg. *Testigo y actor del Siglo XIX*. Santiago:Editorial USACH, 1993.
- Colleoni, Cristini; Orso, Paulino José. A ampliação do acesso à educação superior: o Prouni e o Reuni em Questão. In: Seminário de pesquisa do PPE, 2011, Maringá.
- Cunha, Luiz Antônio. O ensino superior no octênio FHC. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abril 2003.
- Cunha, Luiz Antônio. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- Cunha, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- Fuentes, Aldo Casali. Reforma Universitaria en Chile, 1967-1973. Pre-balance histórico de una experiencia frustrada. *Intus-Legere Historia*. Vol. 5, nº 1, 2011, 81-101.
- Garcés, Mario. (2011). *El movimiento estudiantil y la crisis de legitimidad de la política chilena*. *Pensar Historia*, Antioquia, vol. 1, n. 2, 83-93, jan.-junho 2013.
- Kirberg, Enrique. *Los nuevos profesionales: educación universitaria de trabajadores, Chile: U.T.E., 1968-1973*. México: Universidad de Guadalajara, 1981.
- Labbé, Juan Fernández. *Movimiento estudiantil en Chile (2011): Repertorios de acción, marcos de acción colectiva, impactos y desafíos para la política pública*. *Circunstancia*, Madrid, vol. 11, n. 31, maio 2013.
- Martins Filho, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar (1964 - 1968)*. Campinas: Papirus, 1987.
- Mönckeberg, María Olivia. *La privatización de las universidades: una historia de dinero, poder e influencias*. Santiago: Copa Rota, 2005.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

- Muñoz, Juan et al. *La Universidad de Santiago de Chile: sobre sus Orígenes y su desarrollo histórico*. Santiago:Editorial USACH, 1987.
- Orellana, Carlos. *Penúltimo Informe: memoria de um exílio*. Disponível em: < <http://www.abacq.net/orellana/dos.htm>>
- Pimenta, Aluísio. Universidade. Universidade: a destruição de uma experiência democrática. Petrópolis: Vozes, 1985.
- Quadrat, Samantha Viz. A reforma educacional da Unidade Popular e o golpe no Chile. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.
- Ridenti, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- Rollemberg, Denise. O apoio de Cuba à luta armada no Brasil. Rio de Janeiro, Mauad, 2001.
- Sader, Emir. Cuba no Brasil. Influências da revolução cubana na esquerda brasileira. In: REIS FILHO, Daniel et. all. História do Marxismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- Sales, Jean Rodrigues. O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974). Tese de doutorado. Campinas/SP: IFCH/UNICAMP, 2005.
- Starling, Heloísa Maria Murgel. Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 64. Petrópolis: Vozes, 1986.
- Trindade, Héglio. A República em tempos de reforma universitária: o desafio do governo Lula. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 88, 819-844, Especial - Out. 2004
- Troncoso, Hugo E. Cancino. *El movimiento estudiantil chileno y el proceso de Reforma Universitario, 1967-1968: el caso de la Facultad de Filosofía y Educación de la Universidad de Chile*. In: XVI Congreso Internacional de AHILA. San Fernando, set 2011.
- Urrutia, Mario Valdés. El golpe de estado del 11 de septiembre de 1973 en Concepción (Chile). Las voces de los testigos. *Cuadernos de Historia*, Santiago, n°. 37, 159 - 191, Dez. 2012
- Zolezzi, Juan. et. al. Libro Memorial de la Universidad Técnica del Estado y la Universidad de Santiago de Chile: Informe de la Comisión de Reconciliación Universitaria de 1991, actualizado a 40 años del golpe de Estado de 1973. Santiago: Editorial USACH, 2013.